

Boletim de Estudos Clássicos

Associação Portuguesa de Estudos Clássicos
Instituto de Estudos Clássicos



Coimbra
Junho de 2009

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁCTICO (XXV)

O quotidiano falado

Na facilidade de comunicações em que se nos vai a existência, na multiplicidade de línguas que, no nosso quotidiano, se entrecruzam, o tema da interpenetração linguística não deixa de ser aliciante. Aliás, não andaremos longe da verdade se afirmarmos que poderá ter sido essa uma das grandes questões que a equipa do chamado «Dicionário da Academia» se pôs: de tão usadas que são no dia-a-dia, vamos oficialmente incorporar no nosso vocabulário essas palavras alheias? *Boîte*, por exemplo, no sentido de lugar onde se dança: admitimos ou não? Preferiu-se incluir a palavra mas houve remissão para “discoteca” (idem, s. v. ‘dancing’). Nesse aspecto, diga-se, os brasileiros são mais abertos e optaram por apertuguesar o termo: boate!

Sirva-nos ainda o caso brasileiro para dois outros aspectos que nos interessam.

O primeiro é que – como se sabe – acabaram por manter em uso corrente termos de fino recorte clássico, que nós lhes levámos e, depois, parece que esquecemos: assim, «tombar» um edifício significa classificá-lo, incluí-lo no tombo – palavra que hoje, portugueses, só usamos para designar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. E poderemos surpreender-nos se, ao chegar a um aeroporto do Brasil, nos indicarem que a bagagem vai sair na esteira A ou B, sendo ‘esteira’ uma palavra que, entre nós, não detém minimamente o sentido de tapete rolante, ainda que – vinda do latim *storea* – seja, sem dúvida, palavra... clássica!

Prende-se a segunda consideração com a verificação da facilidade com que, no Registo Civil brasileiro, se admitem nomes claramente estrangeiros e grafados na língua original. Claro que isso se deve ao grande surto de imigração que o país sofreu desde finais do século XIX e mormente nos tempos das duas Grandes Guerras; mas o certo é que condescendência foi regra e é-nos, assim, possível traçar com segurança a origem de quase todas as famílias, ainda que de nomes bem estranhos.

Sirva-nos esta introdução para retomar o tema da aculturação nos primórdios dos contactos entre indígenas e romanos, usando como exemplo

uma estela funerária não afeiçoada, de granito róseo da região, que me foi dado estudar, em Maio de 1982, no então Monte do Zambujeiro, hoje Quinta de S. Jorge, sita na freguesia de Nossa Senhora da Tourega, imediações de Évora.¹

A leitura não oferece quaisquer dúvidas:

SITVS / MAILONI / CAENONIS / F(*ilius vel -o*)²

Propus como tradução:

«Aqui jaz Melão, filho de Cenão».

Mas acrescentei que, embora com menos verosimilhança, também se poderia pensar em:

«Sepultura para Melão, filho de Cenão».

Não me consta que esta epígrafe tenha voltado a ser alvo de qualquer estudo específico e as observações que então publiquei terão passado despercebidas. Permita-se-me, pois, que as transcreva, dado inserirem-se precisamente no tema que me propus abordar:

«Consideramos plausível admitir um lapso do *ordinator* colocando na l. 2 esse I que falta na l. 3 e para o qual já não tinha espaço; desta sorte, o texto correcto seria MAILON / CAENONIS, concordando *situs* (adjectivo) com o nominativo *Mailo(n)*».

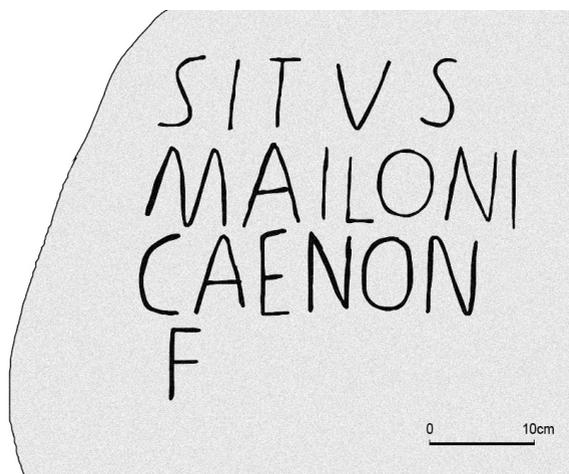
E acrescentei:

«A outra interpretação, que mantém o dativo *Mailoni*, torna-se mais intrincada pelas consequências formais fora do comum que acarreta: considerar *situs* um substantivo (raro em linguagem epigráfica), admitir um

¹ Cf. José d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP), Coimbra, 1984, inscrição nº 403. Agradeço a Francisco Bilou, de Évora, o facto de me ter proporcionado, há pouco tempo, a foto e o desenho do monumento que, à primeira observação, pelas circunstâncias em que ora se reencontrou, lhe parecera inédito.

² Aproveito para – com esta fotografia – corrigir a leitura publicada em 1984: o I (em CAENONIS) está em nexu com o N. E o S final está quase imperceptível também devido aos líquenes que a superfície epigrafada apresenta. Não é, pois, de admirar que, numa primeira análise, F. Bilou não se tenha dado conta do nexu nem do S; peço licença para, mesmo assim, publicar o desenho, justamente como ilustração do que amiúde pode acontecer. Aliás, aquando da observação da pedra (recordo que não nas melhores condições, porque estava no meio do campo), concluí que «o S final lascou, não há vestígio de nexu NI ou talvez o I tenha desaparecido com a lasca tirada».

dativo onde seria de esperar um genitivo e ter também como lapso a omissão do I na l. 3».



Não oferece, pois, dúvida a leitura do patronímico *Caenonis*, genitivo do antropónimo pré-romano *Caeno*, bem documentado na Península, mormente na Lusitânia³.

Já a interpretação de *Mailoni* é, como vimos, passível de controvérsia. Primeiro, porque, se a tive em conta de dativo – de *Maelo*, *-onis*⁴ –, inclino-me hoje mais para ver aí o genitivo de *Maelonus*, antropónimo também documentado, embora com muito menos frequência⁵, por ser o genitivo «de posse» o caso mais usado nos primórdios da adopção dos hábitos epigráficos romanos na Lusitânia.

Resta-nos, pois, a interrogação: e *situs*?

Na verdade, nesse aspecto, tudo aqui é demasiadamente estranho, dentro da fraseologia funerária usual. *Situs* tem, necessariamente, de relacionar-se com a expressão banal nesses formulários, integrante a frase *hic situs est*, «aqui jaz», que, de tão frequente, é raro não aparecer em siglas. Mas... é no final do texto! E, aqui, encabeça-o! Repõe-se-nos, pois, a dúvida: será *situs* um substantivo? De facto, pensando melhor, até tem toda a razão de ser essa hipótese, dado que o vocábulo *situs* (da 4ª declinação), ainda que – quanto eu saiba – não seja de uso epigráfico, poderá tê-lo sido na linguagem corrente com o significado, bem adequado aqui, de «construção», «estrutura»... Não vamos mais além, entrando pela conotação de «estado duma terra inculta», «inacção», «ociosidade» – a que fácil seria ligar a noção de «repouso»; contudo, confesso, a tentação é grande e a verosimilhança não despendida.

A fotografia mostra claramente que houve algum cuidado na gravação: os caracteres encontram-se relativamente bem desenhados (abertos com goiva, anote-se, a confirmar antiguidade), há inclusive uma tendência para alinhamento à esquerda. Por conseguinte, o que é que se terá passado? Um insuficiente conhecimento das regras! Ou seja, sabia-se, pelo contacto quotidiano, o significado de *situs* – a indicar, por exemplo, o local de

³ Cf. Navarro Caballero, M. e Ramírez Sádaba, J. L. [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordéus (Ausonius Éditions), 2003, mapa 65 (pág. 125).

⁴ *Maelo* – que também ocorre com as grafias *Mailo* (como aqui) e *Maeilo* – é igualmente de etimologia pré-romana e regista-se com muita frequência tanto em *Conimbriga*, por exemplo, onde até identificou o proprietário de uma olaria, como na *civitas Igaeditanorum* (cf. o citado *Atlas*, mapa 180, p. 222).

⁵ Um testemunho apenas, em Villamiel (*Hispania Epigraphica* 1, 1989, n.º 206).

sepultura; sabia-se que se deveria identificar o defunto (com um nome mais o patronímico); não se estava, porém, dentro dos mecanismos formais latinos, em que se optou por gravar o epitáfio, também numa vontade de imitação.

Quem diria, pois, que meras quatro palavras (uma das quais em sigla) poderiam suscitar-nos tantas reflexões, a demonstrar, de novo, quanto o monumento epigráfico pode servir como precioso elemento didático?!...

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO